

prevista para a 6.ª posição remuneratória para a carreira Técnica Superior, atualmente fixada em 2.025,35€, conforme prevê o n.º 3, do artigo 4.º, da Lei n.º 49/2012, sem direito a despesas de representação por não ser legalmente possível, sendo-lhes igualmente aplicáveis as correspondentes atualizações anuais.

13.5.2 — O estatuto remuneratório dos titulares dos cargos de direção intermédia de 4.º grau corresponde a uma remuneração equivalente à prevista para a 3.ª posição remuneratória para a carreira Técnica Superior, atualmente fixada em 1.407,45€, conforme prevê o n.º 3, do artigo 4.º, da Lei n.º 49/2012, sem direito a despesas de representação por não ser legalmente possível, sendo-lhes igualmente aplicáveis as correspondentes atualizações anuais.

27 de setembro de 2018. — O Presidente da Câmara Municipal, *Diogo Alves Mateus*, Dr.

311687672

MUNICÍPIO DE PORTALEGRE

Aviso n.º 14649/2018

Em cumprimento do disposto no n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada pela Portaria n.º 145-A/2011, torna-se público que foi homologada, por meu despacho no dia 26/09/2018, a Lista de Classificação Final, relativa ao procedimento concursal para regularização extraordinária de vínculos precários, para a constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, no âmbito do programa de regularização extraordinária de vínculos precários, publicitado na Bolsa de Emprego Público (código de oferta — OE 201807/0545 e OE 201807/0546).

A Lista de Classificação Final encontra-se afixada em local visível e público e disponível na página eletrónica do Município.

27 de setembro de 2018. — O Vereador, *Nuno Lacão*.

311688555

MUNICÍPIO DE PORTO MONIZ

Aviso n.º 14650/2018

Para os devidos efeitos, torna-se público que por meu despacho de 29 de agosto de 2018, no uso da competência que me é conferida pela alínea a), do n.º 2 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugados com os artigos 92.º a 100.º e 153.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, procedi à mobilidade intercarreiras ou intercategorias, com efeitos a 1 de setembro de 2018, pelo período de 18 meses, dos seguintes trabalhadores:

Emanuel Dias Castro, da carreira/categoria de Assistente Técnico, que passa a ser remunerado, pela 1.ª posição remuneratória e nível remuneratório 11, da carreira/categoria de Técnico Superior, correspondente à remuneração base de 995,51€; e,

Elisabete Sousa Ferraz, da carreira/categoria de Assistente Operacional, que passa a ser remunerada pela 1.ª posição remuneratória e nível remuneratório 5, da carreira/categoria de Assistente Técnico, correspondente à remuneração base de 683,13€.

26 de setembro de 2018. — O Presidente da Câmara, *João Emanuel Silva Câmara*.

311689349

MUNICÍPIO DE SALVATERRA DE MAGOS

Aviso n.º 14651/2018

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por meu despacho, datado de 28/09/2018, procedi à homologação da classificação do período experimental com sucesso da seguinte candidata:

Ana Rita dos Santos Garcia, contratada nos termos dos artigos 37.º e 40.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na redação introduzida pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, para a carreira/categoria assistente operacional, na sequência do procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, para o preenchimento de um lugar de assistente operacional, área funcional cantoneiro de limpeza, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 6, de 11/01/2016 (Aviso n.º 244/2016).

28 de setembro de 2018. — O Presidente da Câmara Municipal, *Helder Manuel Esménio*, Eng.º

311692053

MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ

Regulamento n.º 648/2018

Regulamento de Atribuição de Bolsa de Estudo — Alteração ao Regulamento n.º 678/2015

Jaime Casimiro Nunes da Silva, Vereador da Câmara Municipal de Santa Cruz, torna público que, por deliberação da Assembleia Municipal, no uso da competência que lhe é conferida pela alínea g), do n.º 1 do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovou em reunião realizada a 14 de setembro de 2018 a Alteração ao Regulamento Municipal n.º 678/2015 — Regulamento de Atribuição de Bolsa de Estudo. Nestes termos, para efeitos do disposto no artigo 56.º, da mesma Lei, e do artigo 139.º do Código do Procedimento Administrativo, procede-se à sua publicação.

O Regulamento entra em vigor no primeiro dia útil após a data de publicação e encontra-se disponível para consulta ao público nos locais de estilo e na página da Câmara Municipal de Santa Cruz na internet em: www.cm-santacruz.pt.

17 de setembro de 2018. — O Vereador com o Pelouro, *Jaime Casimiro Nunes da Silva*.

Preâmbulo

O desenvolvimento das sociedades democráticas exige cada vez mais políticas educativas que promovam uma efetiva igualdade de oportunidades, traduzida na aposta da qualificação para a promoção da coesão social e económica. As dificuldades económicas são hoje o grande fator que condiciona o abandono escolar precoce e o não prosseguimento dos estudos após a conclusão da escolaridade obrigatória.

Não obstante, o dever constitucional do Estado de proporcionar o acesso e promover o sucesso escolar em igualdade circunstancial a todos os cidadãos é, no entanto também da competência das Câmaras Municipais apoiar atividades de natureza educativa.

Os Municípios têm vindo a assumir, cada vez mais, um papel importante no domínio da educação em geral e, particularmente relevante na área da ação social escolar.

Neste sentido, a Autarquia, concretizando o seu papel de apoio direto aos municípios, pretende desenvolver ações que sejam facilitadoras do processo educativo. Assumindo por um lado, o caráter universal da educação e, por outro lado, sabendo das dificuldades económicas que afetam alguns agregados familiares do concelho, a Câmara Municipal entende apoiar o prosseguimento de estudos no ensino superior, através de um programa de atribuição de bolsa de estudo. Pretende-se, desta forma, incentivar a formação de quadros técnicos superiores, naturais ou residentes na área geográfica do concelho de Santa Cruz.

Para o efeito, pretende-se através deste projeto de regulamento definir os princípios gerais e as condições de acesso aos estudantes do ensino superior, em situação de maior vulnerabilidade socioeconómica.

Competência Regulamentar

No âmbito do poder regulamentar atribuído no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa e no uso da competência que está cometida às Câmaras Municipais nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º, bem como as alíneas d) e h) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, é elaborado o presente projeto de projeto de regulamento. Após terem sido cumpridas as formalidades previstas no artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo deve ser submetido a aprovação do órgão deliberativo municipal.

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Artigo 1.º

Objeto e Âmbito

1 — O presente projeto de regulamento define os princípios gerais e as condições de acesso à atribuição de uma bolsa de estudo, de natureza temporária, a estudantes que ingressem e/ou frequentem estabelecimentos de ensino superior, em território nacional e em regime presencial permanente.

2 — Consideram-se abrangidos pelo presente regulamento, cidadãos residentes no Concelho de Santa Cruz, inscritos no ensino superior — curso técnico superior profissional, licenciatura, mestrado

integrado e mestrado, nas áreas identificadas como relevantes para o desenvolvimento económico do Concelho.

Artigo 2.º

Natureza do Apoio

1 — O apoio financeiro é uma prestação mensal, suportada pela Câmara Municipal de Santa Cruz, a atribuir no decorrer do ano letivo, mediante transferência bancária para a conta em nome do candidato contemplado. Nenhum estudante poderá ser beneficiário de apoio financeiro em número que ultrapasse o de anos curriculares previstos para o curso.

2 — O programa de apoio financeiro cedido aos estudantes com carência financeira constará das grandes opções do plano e as verbas serão inscritas no orçamento anual da Câmara Municipal de Santa Cruz.

Artigo 3.º

Conceitos

1 — Para efeitos do disposto no presente projeto de regulamento considera-se:

1.1 — Agregado Familiar: O conjunto de pessoas constituído pelo requerente, pelo cônjuge ou pessoa que com aquele viva há mais de dois anos em condições análogas, designadamente em união de facto, pelos parentes ou afins em linha reta ou até ao 3.º grau da linha colateral, bem como pelas pessoas relativamente às quais, por força de lei ou de negócio jurídico, haja obrigação de convivência ou de alimentos e ainda outras pessoas que vivam em coabitação com o requerente, devidamente fundamentada e comprovada;

1.2 — Bolsas de Estudo: Prestação pecuniária atribuída, destinada à comparticipação dos encargos inerentes à frequência de um curso no ensino superior, num ano letivo;

1.3 — Carência Económica: Rendimento mensal *per capita* não superior a um IAS;

1.4 — Estabelecimentos de Ensino: Todos aqueles que ministrem cursos aos quais seja conferido o grau académico de licenciatura e técnico superior profissional, designadamente: Universidades; Institutos politécnicos; Institutos superiores e técnico-profissionais e Escolas superiores;

1.5 — IAS: Corresponde ao indexante de apoios sociais, criado pela Lei n.º 53-B/2006, de 29 de dezembro, e fixado nos termos da Portaria em vigor;

1.6 — Rendimento *per capita*: Rendimento mensal líquido deduzido do valor mensal das despesas de saúde e habitação, dividido pelo número de elementos do agregado familiar;

1.7 — Rendimentos: Valor mensal composto por todos os salários, pensões e outras quantias recebidas a qualquer título, com exceção das prestações familiares e das bolsas de estudo.

Artigo 4.º

Montantes e limites

1 — A bolsa de estudo a que se refere o presente projeto de regulamento reveste a natureza de uma comparticipação pecuniária nos encargos normais do estudo num ano letivo, sendo o seu valor mensal:

a) Até 100 € (cem euros) para os estudantes inscritos em estabelecimentos de ensino na Região Autónoma da Madeira;

b) Até 150 € (cento e cinquenta euros) para os estudantes inscritos em estabelecimentos fora da Região Autónoma da Madeira.

2 — Serão concedidas anualmente pela Câmara Municipal as bolsas de estudo cujo montante seja aprovado em reunião de Câmara.

Artigo 5.º

Cálculo da Capitação Mensal

1 — O rendimento mensal *per capita* do agregado familiar é calculado nos termos seguintes:

$$a) C = \frac{RL - [H + S]}{AF}$$

b) C — Rendimento *per capita*;

RL — Rendimento Mensal Líquido;

H — Encargos mensais com habitação (amortizações bancárias, rendas, eletricidade, água e gás);

S — Encargos mensais com saúde (em caso de doença crónica e/ou deficiência) e educação (propinas de ensino superior e/ou mensalidades com creches/infantários);

AF — Número de membros do agregado familiar.

Artigo 6.º

Rendimentos elegíveis

1 — Os rendimentos brutos a considerar para efeito de cálculo do rendimento *per capita* do agregado familiar são os seguintes:

1.1 — Ordenados, salários ou outras remunerações de trabalho, excluindo subsídio de férias, de Natal ou outros;

1.2 — Rendimentos temporários ou vitalícias;

1.3 — Pensões de reforma, de aposentação, de velhice, de invalidez, de sobrevivência, sociais, de sangue ou outras;

1.4 — Rendimentos de aplicação de capitais;

1.5 — Rendimentos provenientes do exercício da atividade comercial ou industrial;

1.6 — Quaisquer outros subsídios, com exceção das prestações familiares.

Artigo 7.º

Duração

1 — A bolsa de estudo corresponde a dez meses (ano letivo), de outubro a julho. Será depositada diretamente na conta bancária do bolseiro em duas tranches:

a) A primeira em fevereiro, logo após a notificação do direito ao apoio, com efeitos retroativos a outubro anterior;

b) A segunda, em abril, correspondente ao restante montante anual, de março a julho.

2 — A duração do apoio é anual, respeitante a cada ano letivo.

CAPÍTULO II

Processo de Candidatura

SECÇÃO I

Instrução do Processo

Artigo 8.º

Períodos de Candidatura

1 — O pedido do apoio à aquisição da bolsa de estudo deve ser formalizado em requerimento, durante os meses de setembro e outubro, devendo conter os elementos enumerados nos artigos 9.º e 10.º do presente projeto de regulamento e de declaração, sob compromisso de honra, dos membros do agregado familiar.

2 — O período referido no ponto anterior, pode justificadamente por motivos operacionais ser alterado por deliberação da Câmara Municipal de Santa Cruz.

Artigo 9.º

Condições de acesso

1 — Poderão requerer a atribuição do apoio previsto no presente projeto de regulamento os agregados familiares que preencham as seguintes condições:

1.1 — Residir com carácter de permanência no Concelho de Santa Cruz;

1.2 — Dispor de um rendimento mensal *per capita* não superior ao valor correspondente a 1 IAS para o ano em que o apoio é solicitado;

1.3 — Não possuir habilitação ou curso equivalente àquele que pretende frequentar;

1.4 — Transitar de ano letivo com aproveitamento, ou primeira candidatura;

1.5 — Fornecer todos os elementos de prova que sejam solicitados, com vista ao apuramento da situação de carência económica e social dos seus membros.

2 — Em casos excecionais pode a Câmara Municipal, mediante análise devidamente fundamentada e documentada, apoiar agregados familiares, cujo rendimento ultrapasse o referido no ponto 1.2., desde que se verifique necessidade de apoio.

Artigo 10.º

Formalização da candidatura

1 — As candidaturas aos apoios nos termos do presente projeto de regulamento serão formalizadas mediante o preenchimento do requerimento especialmente destinado para o efeito (Anexo I), na Divisão de Coesão Social da Câmara Municipal de Santa Cruz, fazendo-se acompanhar da seguinte documentação:

1.1 — Cartão de Cidadão ou Bilhete de Identidade e Número de Identificação Fiscal de todos os elementos do agregado familiar;

1.2 — Cartão de Beneficiário da Segurança Social dos elementos do agregado familiar, maiores de idade;

1.3 — Certificado de matrícula em estabelecimento de ensino superior;

1.4 — Certificado de aproveitamento escolar relativo ao ano letivo anterior ao da candidatura com indicação da média obtida;

1.5 — Últimos 3 recibos de vencimento de todos os elementos do agregado familiar que possuam emprego ou que trabalhem por conta própria;

1.6 — Declaração emitida pelo Instituto de Segurança Social/Caixa Geral de Aposentações/outra, para pensionistas;

1.7 — Declaração da situação de desemprego e de inscrição atualizada no Instituto de Emprego da Madeira (IEM, IP-RAM);

1.8 — Declaração do Rendimento Social de Inserção (RSI), caso se verifique, emitido pelo Instituto de Segurança Social da Madeira;

1.9 — Comprovativo do valor da prestação de desemprego e sua duração, caso se verifique, emitido pelo Instituto de Emprego da Madeira (IEM, IP-RAM);

1.10 — Em caso de inexistência de recibos de vencimento e/ou inscrição no Instituto de Emprego da Madeira, anexar declaração da Segurança Social relativa ao extrato de remunerações;

1.11 — Última declaração de IRS dos elementos do agregado familiar e respetiva nota de liquidação;

1.12 — Última declaração de IRC em caso de rendimentos empresariais, a respetiva nota de liquidação e a Informação Empresarial Simplificada;

1.13 — Documento comprovativo do pagamento de mútuo bancário para a aquisição da habitação do agregado familiar, com indicação da prestação mensal e do prazo de pagamento;

1.14 — Recibo e contrato de arrendamento, caso se verifique;

1.15 — Comprovativos da incapacidade para o trabalho, e/ou atestados médicos da situação de doença crónica ou prolongada e ou deficiência, quando se verificarem;

1.16 — Declaração da Junta de Freguesia do local de residência a comprovar a composição do agregado familiar, com indicação do tempo de residência no Concelho;

1.17 — Documentos referentes às despesas fixas: água, eletricidade, gás, educação (propinas de ensino superior e/ou mensalidades com creches/infantários) e saúde (em caso de doença crónica e/ou deficiência), referentes aos últimos três meses;

1.18 — Para o caso de pais separados, anexar fotocópia de declaração de pensão de alimentos;

1.19 — Documento comprovativo do Número de Identificação Bancária (NIB), em nome do candidato;

1.20 — Podem ser solicitadas outras informações que se tenham por convenientes para clarificação do processo.

2 — A falta de apresentação dos elementos referidos anteriormente, decorrido o prazo de 10 (dez) dias após notificação, determina o indeferimento e arquivamento do processo (Anexo II).

3 — No caso do bolseiro efetuar exames na segunda época, poderá apresentar o certificado de aproveitamento escolar no prazo de 20 dias úteis após a obtenção dos resultados finais das respetivas provas, ficando a decisão final sobre o processo pendente.

Artigo 11.º

Proteção de dados

1 — Os dados fornecidos pelos requerentes destinam-se, exclusivamente à instrução de candidatura ao apoio, sendo a Câmara Municipal de Santa Cruz responsável pelo seu tratamento.

2 — Os agregados familiares ou pessoas isoladas que requeiram apoio deverão autorizar, expressamente, a que se proceda ao cruzamento de dados fornecidos, com os constantes nas bases de dados de outros organismos públicos.

3 — São garantidos a confidencialidade e o sigilo no tratamento dos dados em conformidade com a legislação em vigor, ficando garantido o direito de acesso, de retificação e de eliminação, sempre que os requerentes o solicitem.

SECÇÃO II

Análise do Processo

Artigo 12.º

Apreciação e decisão

1 — Após a devida instrução do processo nos termos dos artigos 8.º a 10.º, cada candidatura será submetida à análise do Vereador com compe-

tências delegadas na área social que apresentará proposta de deliberação para decisão da Câmara Municipal.

2 — Após deliberação, o munícipe será notificado da decisão (Anexo III).

3 — Se o número de candidatos, em condições de beneficiar de apoio financeiro for superior ao estabelecido, terão prioridade os estudantes que apresentem um rendimento *per capita* mais baixo.

4 — No caso de existirem dois ou mais irmãos em condições de beneficiar do apoio financeiro, terão prioridade os que estejam a frequentar o grau académico mais baixo, se o cabimento financeiro for insuficiente.

5 — A instrução incompleta do processo ou a não entrega dos documentos solicitados, no prazo estabelecido, são causa de indeferimento liminar do requerimento de candidatura.

6 — O executivo, sempre que necessário, articula previamente com o Instituto de Segurança Social e/ou restantes instituições de solidariedade social.

Artigo 13.º

Indeferimento das candidaturas

1 — As candidaturas serão indeferidas quando:

O rendimento mensal *per capita* do agregado familiar beneficiário candidato seja superior ao valor correspondente a 1 IAS;

1.1 — O candidato não tenha transitado de ano;

1.2 — Não tenha sido entregue toda a documentação solicitada, com vista ao apuramento da situação social e económica;

1.3 — O candidato não esteja a estudar em território nacional;

1.4 — Existam indícios seguros de que o agregado familiar dispõe de bens e rendimentos não comprovados, bem como outros sinais de riqueza não compatíveis com a situação socioeconómica;

1.5 — Por inexistência de dotação orçamental para o efeito.

Artigo 14.º

Obrigações dos beneficiários

1 — Constituem obrigações dos bolseiros:

1.1 — Manter a Câmara Municipal informada do aproveitamento dos seus estudos, através da comprovação das classificações obtidas na avaliação final de cada ano;

1.2 — Não mudar de curso nem de estabelecimento de ensino sem previamente dar conhecimento à Câmara Municipal;

1.3 — Comunicar à Câmara Municipal todos os factos ocorridos posteriormente ao concurso que tenham alterado a sua situação económica, bem como a mudança de residência.

Artigo 15.º

Validade

1 — A validade do pedido é anual, respeitante a cada ano letivo.

2 — A renovação obedece ao procedimento estabelecido no artigo 8.º a 10.º do presente Projeto de regulamento.

Artigo 16.º

Suspensão e Cessação dos benefícios

1 — Constituem causa de cessação do direito aos benefícios:

1.1 — Prestação de falsas declarações;

1.2 — Alteração da situação socioeconómica do beneficiário ou de algum membro do agregado familiar;

1.3 — Alteração de residência e/ou recenseamento eleitoral para fora do Concelho de Santa Cruz.

Artigo 17.º

Sanções/Exclusão

1 — Sem prejuízo de eventual responsabilidade civil e criminal, o incumprimento das disposições constantes no presente projeto de regulamento, assim como a prestação de falsas declarações por parte dos requerentes, podem determinar a restituição à Câmara Municipal de Santa Cruz dos apoios recebidos indevidamente pelos beneficiários.

2 — Caso se verifique a prestação de falsas declarações em procedimentos administrativos já findos e com apoios já prestados ao requerente, deve ser proferida decisão no sentido de invalidade do ato que concedeu o apoio e da restituição das quantias indevidamente atribuídas e pagas, bem como ser declarada a impossibilidade de, no ano civil subsequente, requerer a atribuição do apoio objeto deste projeto de regulamento.

3 — A ordem de restituição pelo presidente da referida Câmara, é antecedida de audição do interessado, que dispõe de 15 dias a contar da data da sua notificação para se pronunciar sobre o conteúdo da mesma.

CAPÍTULO III

Disposições Finais

Artigo 18.º

Dúvidas e Omissões

As dúvidas e omissões que surjam na aplicação do presente regulamento serão resolvidos pelos órgãos competentes, nos termos da lei das competências das autarquias locais.

Artigo 19.º

Alterações ao Projeto de regulamento

Este regulamento poderá sofrer, a todo o tempo e nos termos legais, as alterações consideradas indispensáveis.

Artigo 20.º

Norma Revogatória

Considera-se revogado o Regulamento Municipal n.º 678/15, aprovado em Reunião de Câmara no dia 06 de agosto de 2015 e em Reunião de Assembleia no dia 16 de setembro de 2015.

Artigo 21.º

Entrada em vigor

Após a sua aprovação em Reunião de Câmara e de Assembleia, o presente regulamento entra imediatamente em vigor no dia seguinte ao da sua publicação no *Diário da República*.

ANEXO I



MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ
CÂMARA MUNICIPAL
DIVISÃO DA COESÃO SOCIAL

REQUERIMENTO DE CANDIDATURA A BOLSA DE ESTUDO

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Santa Cruz,

NOME (completo)....., portador do Cartão de Cidadão / Bilhete de Identidade / Passaporte nº....., válido até/...../....., portador do NIF nº....., nascido a/...../..... e residente na/no....., Código Postal....., Localidade....., Freguesia....., com o telefone/ telemóvel n.º...../....., e endereço de correio eletrónico (e-mail).....

Entrada
Req. nº.....
Data:...../...../.....
Funcionário.....

COMPOSIÇÃO DO AGREGADO FAMILIAR

O agregado familiar é composto por (nomes, relações de parentesco e idades):

Nome completo:

Idade: Parentesco:

Nome completo:

Idade: Parentesco:

Nome completo:

Idade: Parentesco:

Nome completo:

Idade: Parentesco:

Nome completo:

Idade: Parentesco:

Nome completo:

Idade: Parentesco:

Nome completo:

Idade: Parentesco:

Vem requerer apoio no âmbito do regulamento de Atribuição de Bolsa de Estudo a alunos do ensino superior, sendo que os motivos do pedido incluem:

.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

Notas:

1. Podem ser solicitadas outras informações que se tenham por convenientes para clarificação do processo.
2. A análise do pedido fica sujeita à apresentação de TODA a documentação requerida para o efeito.

Declaro, sob compromisso de honra, reunir os requisitos para atribuição, conforme Art.º 9 do Regulamento de Atribuição de Bolsa de Estudo a alunos do ensino superior, do Município de Santa Cruz, do qual tomei conhecimento.

Pede deferimento - Santa Cruz, de 20.....

O Requerente,

Documentação a anexar - Bolsas de Estudo:

- ☐ Cartão de Cidadão ou Bilhete de Identidade e Número de Identificação Fiscal de todos os elementos do agregado familiar;
- ☐ Cartão de Beneficiário da Segurança Social dos elementos do agregado familiar, maiores de idade;
- ☐ Certificado de matrícula em estabelecimento de ensino superior;
- ☐ Certificado de aproveitamento escolar relativo ao ano letivo anterior ao da candidatura com indicação da média obtida;
- ☐ Últimos 3 recibos de vencimento de todos os elementos do agregado familiar que possuam emprego ou que trabalhem por conta própria;
- ☐ Declaração emitida pelo Instituto de Segurança Social / Caixa Geral de Aposentações / outra, para pensionistas;
- ☐ Declaração da situação de desemprego e de inscrição atualizada no Instituto de Emprego da Madeira (IEM, IP-RAM);
- ☐ Declaração do Rendimento Social de Inserção (RSI), caso se verifique, emitido pelo Instituto de Segurança Social da Madeira;
- ☐ Comprovativo do valor da prestação de desemprego e sua duração, caso se verifique, emitido pelo Instituto de Emprego da Madeira (IEM, IP-RAM);
- ☐ Em caso de inexistência de recibos de vencimento e/ou inscrição no Instituto de Emprego da Madeira, anexar declaração da Segurança Social relativa ao extrato de remunerações;
- ☐ Última Declaração de IRS dos elementos do agregado familiar e respetiva nota de liquidação;
- ☐ Última declaração de IRC em caso de rendimentos empresariais e respetiva nota de liquidação;
- ☐ Documento comprovativo do pagamento de mútuo bancário para a aquisição da habitação do agregado familiar, com indicação da prestação mensal e do prazo de pagamento;
- ☐ Recibo e contrato de arrendamento, caso se verifique;
- ☐ Comprovativos da incapacidade para o trabalho, e / ou atestados médicos da situação de doença crónica ou prolongada e ou deficiência, quando se verifiquem;
- ☐ Declaração da Junta de Freguesia do local de residência a comprovar a composição do agregado familiar, indicando sempre que possível o tempo de residência no Concelho;
- ☐ Documentos referentes às despesas fixas: água, eletricidade, gás, educação (propinas de ensino superior e/ou mensalidades com creches/infantários) e saúde (em caso de doença crónica e/ou deficiência), referentes aos últimos três meses;
- ☐ Para o caso de pais separados, anexar fotocópia de declaração de pensão de alimentos;
- ☐ Documento comprovativo do Número de Identificação Bancária (NIB), em nome do próprio.

ANEXO II



MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ
CÂMARA MUNICIPAL
DIVISÃO DE COESÃO SOCIAL

NOTIFICAÇÃO PRESENCIAL PARA JUNÇÃO DE ELEMENTOS

É pela presente notificado, nos termos da alínea b) do Art.º 70º do Código do Procedimento Administrativo, o(a) Senhor(a) portador do Cartão de Cidadão / Bilhete de Identidade / Passaporte nº..... válido até/...../..... portador do NIF nº....., nascido a/...../..... e residente na/no....., Código Postal....., Localidade....., Freguesia....., com o telefone / telemóvel nº...../..... e endereço de correio eletrónico (e-mail)....., para, na qualidade de (qualidade na qual é notificado)....., juntar ao processo de (especificar a natureza do processo)....., no prazo de 10 dias úteis a contar da presente data, os documentos abaixo assinalados, sem os quais o processo ficará pendente, sem prejuízo da aplicação do plasmado no artigo 111º do Código do Procedimento Administrativo.

1.....
2.....
3.....
4.....
5.....
6.....
7.....
8.....
9.....
10.....

O Funcionário

Nome:

Assinatura:

Data:

O Notificado

Nome:

Assinatura:

Data:

ANEXO III



MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ
CÂMARA MUNICIPAL
DIVISÃO DE COESÃO SOCIAL

Ex.º (m) Sr.º (a)

Referência

2018/ N.º

Assunto: Atribuição de Bolsa de Estudo

Em conformidade com o Regulamento n.º _____, publicado no Diário da República, Série _____, o Município de Santa Cruz vem, por este meio informar V. Ex.ª de que, após a revisão do seu processo, foi **deferida** a sua candidatura ao apoio previsto no Regulamento de Atribuição de Bolsa de Estudo, a alunos do ensino superior.

Informamos ainda, que após esta notificação deve apresentar-se na Divisão de Coesão Social para continuidade do procedimento constante no Regulamento.

Santa Cruz, _____ de2018

O Vereador, ⁽¹⁾

Jaime Casimiro Nunes da Silva

⁽¹⁾ Vereador, no uso da nomeação que lhe advém do Despacho Nº 221/2017 (Nomeação de Vereadores em Regime de Tempo Inteiro), de 23 de outubro de 2017, publicado pelo Edital nº 188/2017, com os seguintes Pêlos: Desporto; Complexos Balneares; Agricultura; Juventude; Coesão Social e Habitação Social; Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, no uso da competência que lhe advém do Despacho nº 224/2017 (Delegação e Subdelegação de Competências), de 27 de outubro de 2017, publicado pelo Edital nº 192/2017, cuja publicação teve lugar no Diário da República, 2.ª série – N.º 217 – 10 de novembro de 2017 e no Jornal da Madeira de 12 de novembro, páginas 14 e 15.



MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ
CÂMARA MUNICIPAL
DIVISÃO DE COESÃO SOCIAL

Ex.º (m) Sr.º (a)

Referência

2018/ N.º

INFORMAÇÃO DE INDEFERIMENTO AO MUNICÍPIO

Assunto: Candidatura a atribuição de bolsa de estudo

Em conformidade com o Regulamento n.º _____, publicado no Diário da República, Série _____, o Município de Santa Cruz vem, por este meio informar V. Ex.ª de que, após a revisão do seu processo, foi **indeferida** a sua candidatura ao apoio previsto no Regulamento de Atribuição de Bolsa de Estudo, a alunos do ensino superior, pelos motivos abaixo indicados:

- ☐ Ausência de documentação
- ☐ Avaliação socioeconómica insuficiente
- ☐ Outros _____

Santa Cruz, _____ de2018

O Vereador, ⁽¹⁾

Jaime Casimiro Nunes da Silva

⁽¹⁾ Vereador, no uso da nomeação que lhe advém do Despacho Nº 221/2017 (Nomeação de Vereadores em Regime de Tempo Inteiro), de 23 de outubro de 2017, publicado pelo Edital nº 188/2017, com os seguintes Pêlos: Desporto; Complexos Balneares; Agricultura; Juventude; Coesão Social e Habitação Social; Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, no uso da competência que lhe advém do Despacho nº 224/2017 (Delegação e Subdelegação de Competências), de 27 de outubro de 2017, publicado pelo Edital nº 192/2017, cuja publicação teve lugar no Diário da República, 2.ª série – N.º 217 – 10 de novembro de 2017 e no Jornal da Madeira de 12 de novembro, páginas 14 e 15.

MUNICÍPIO DE SESIMBRA

Aviso n.º 14652/2018

Lista unitária de ordenação final dos candidatos aprovados — procedimento concursal comum para a constituição de vínculo de emprego público na modalidade de contrato de trabalho por tempo indeterminado (1 posto de trabalho de Assistente Operacional/Divisão de Obras Municipais e Logística — Ref. U) — Aviso n.º 5014/2017, publicado no Diário da República, 2.ª série n.º 88 de 08/05/2017.

Nos termos e para efeitos do disposto no art. 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, torna-se público que a lista unitária de ordenação final dos candidatos aprovados no procedimento concursal mencionado em epígrafe, foi homologada por despacho do signatário, datado de 24/09/2018, tendo nesta mesma data sido afixada na Divisão de Gestão de Recursos Humanos e disponibilizada na página eletrónica desta Câmara Municipal.

25 de setembro de 2018. — O Presidente da Câmara Municipal,
Dr. Francisco Manuel Firmino de Jesus.

311686708

MUNICÍPIO DE SETÚBAL

Aviso n.º 14653/2018

Procedimento concursal de recrutamento para constituição de vínculo de emprego público no âmbito do programa de regularização extraordinária dos vínculos precários para ocupação de cinco postos de trabalho de técnico superior (engenheiro civil) da carreira geral de técnico superior.

Homologação da lista unitária de ordenação final

Na qualidade de vereador com competência delegada nos domínios dos Recursos Humanos, conferida pela Senhora Presidente da Câmara através do Despacho n.º 198/2017/GAP, de 20 de outubro, e nos termos do disposto no artigo 36.º, n.ºs 4 a 6, da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, aplicável por expressa remissão do artigo 10.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, torna-se público que a lista unitária de ordenação final do procedimento concursal de recrutamento para constituição de vínculo de emprego público no âmbito do programa de regularização extraordinária dos vínculos precários para ocupação de cinco postos de trabalho em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado de técnico superior (engenheiro civil) da carreira geral de técnico superior, aberto por aviso n.º 31/2018, publicado na Bolsa de Emprego Público, em 10/04/2018 com o código de oferta n.º OE201804/0275, foi homologada por meu despacho de 20/09/2018, encontrando-se a mesma afixada em local visível e público da Divisão de Recursos Humanos, sita na Praça do Brasil n.º 17, em Setúbal, e disponibilizada na página da Internet em www.mun-setubal.pt.

Mais se torna público, nos termos dos n.ºs 4 e 5 do supra citado artigo 36.º, de que todos os candidatos admitidos ao presente procedimento concursal foram notificados do correspondente ato de homologação da lista de ordenação final e de que a mesma se encontra afixada nestes serviços e disponibilizada na página eletrónica do Município.

O Vereador com competência delegada pelo Despacho n.º 198/2017/GAP, de 20 de outubro.

26 de setembro de 2018. — O Vereador, *Manuel Pisco Lopes.*

311693414

MUNICÍPIO DE SILVES

Aviso n.º 14654/2018

Para os devidos efeitos se torna público que, nos termos do n.º 4 e n.º 5 do artigo 46.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, homologuei em vinte e quatro de setembro de dois mil e dezoito, a conclusão com sucesso, do período experimental do trabalhador, contratado na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, Joaquim Carlos Bentes Cercas, com a categoria de Assistente Operacional (área de atividade — Carpinteiro).

28 de setembro de 2018. — O Vice-Presidente da Câmara, *Mário José do Carmo Godinho.*

311693439